

Processo nº 22.071-0/2011
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Aprova o “Manual de Procedimentos de auditoria em obras de edificações destinadas a instituições de ensino”
Relator Nato Conselheiro Presidente VALTER ALBANO
Sessão de Julgamento 13-12-2011

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2011

Aprova o “manual de procedimentos de auditoria em obras de edificações destinadas a instituições de ensino”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Lei Complementar n.º 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e artigo 30, inciso VI da Resolução 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e,

Considerando o objetivo de contribuir para a efetividade das políticas públicas, por meio da avaliação de resultados de políticas públicas e da qualidade do gasto público;

Considerando o objetivo de garantir qualidade às decisões do controle externo, adotando-se, como estratégia, o fortalecimento do controle externo sobre obras e serviços de engenharia;

Considerando a necessidade de se estabelecer procedimentos mínimos a serem observados pelas equipes de auditoria da Secex-Obras quando da análise de obras civis;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o “Manual de Procedimentos de auditoria em obras de edificações destinadas a instituições de ensino”, anexo a esta Resolução Normativa.

Processo nº 22.071-0/2011
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Aprova o “Manual de Procedimentos de auditoria em obras de edificações destinadas a instituições de ensino”
Relator Nato Conselheiro Presidente VALTER ALBANO
Sessão de Julgamento 13-12-2011

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10/2011

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Participaram do julgamento os Senhores Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, ALENCAR SOARES, WALDIR JÚLIO TEIS e DOMINGOS NETO.

Participaram, ainda, do julgamento o Auditor Substituto de Conselheiro MOISES MACIEL, em substituição ao Conselheiro ANTONIO JOAQUIM, e o Auditor Substituto de Conselheiro LUIZ HENRIQUE LIMA, em substituição ao Conselheiro HUMBERTO BOSAPO, conforme artigo 104, inciso I, da Resolução nº 14/2007.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

Publique-se.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011.

CONSELHEIRO VALTER ALBANO
Presidente

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador Geral